

SEGUIR UMA REGRA

Luiz Antônio Marcuschi
Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)

A expressão "comportamento desregrado" tem uma carga nitidamente negativa, o que faz intuitivamente supor que todo comportamento seja de alguma forma regrado. No entanto, se solicitamos a alguém as regras que ele segue em qualquer que seja o seu comportamento "regrado", o mais comum é que não saiba enunciar as regras que segue. Isto leva a uma segunda suposição intuitiva, ou seja, podemos seguir uma regra sem conhecê-la formalmente. Este é o caso de nosso comportamento lingüístico de uma forma geral: sabemos fazer com enorme regularidade perguntas, exclamações, negações, etc., mas normalmente não temos idéia das regras que seguimos. As regras da língua são seguidas sem qualquer tipo de aprendizado formal prévio. Poderíamos dizer que a obediência às regras define-se como um comportamento natural, uma espécie de saber prático. Parece que seguir uma regra é fazer naturalmente o mesmo que todos fazem quando seguem aquela regra. Mas que tipo de atividade é esta? O que é mesmo seguir uma regra?

Para responder a esta indagação é necessário, primeiro, saber o que é uma regra, seu funcionamento, sua natureza. Nesta exposição apresentarei a posição de Wittgenstein, sobretudo em suas Investigações Filosóficas (IF), sobre o comportamento de seguir uma regra. Wittgenstein dedica longas e variadas observações a esta questão ao longo de toda sua obra. Suas análises de regra e seguir uma regra vêm quase sempre ligadas aos seus temas centrais, mas ainda não receberam a atenção que merecem. Wittgenstein nunca chegou a definir explicitamente o que é uma regra (BrB, 139-143); como aliás faz com quase tudo. Sempre apresenta um grande número de casos, exemplos e analogias ou imagens para refletir as questões que coloca. E o tema da regra não foge a esta regra geral.

Wittgenstein emprega pela primeira vez o termo "regra" nas I.F. após introduzir a expressão "jogo-de-linguagem" (Sprachspiel) (IF §§ 7 e 19), e expor sua teoria do significado como uso (Gebrauch) (IF§30). É neste §30, no paralelo que estabelece entre jogo e linguagem, que Wittgenstein aproxima ambos pelo fato de neles serem usadas regras. Contudo, no caso da linguagem, pelo menos não se trata de regras rígidas, pois a linguagem não é limitada por regras de todos os lados (IF §84), assim como não há um limite para a altura da bola no jogo de futebol ou para o tempo de movimento das peças do jogo de xadrez (IF §§ 68 e 83). Uma regra é algo assim como

uma tabela em que palavras e figuras se correspondem (IF § 48), ou como um esquema que nos orienta (IF § 74), ou um indicador de caminho (Wegweiser) (IF §§ 85 e 198), ou um adestramento (IF § 198) uma ordem a ser seguida (IF § 206), um costume (IF § 199) ou trilhos (IF § 218). Todas estas analogias têm algo em comum: indicam um critério de aplicação (IF § 146). Geralmente são aprendidas através da observação, da praxis, e não são ensinadas no vazio (IF § 54). Se por um lado podemos incluir as regras entre as proposições que podem ser asseveradas ou negadas, não podemos incluí-las entre as proposições empíricas. Uma regra não descreve a realidade, mas também não descreve qualquer outra coisa. Ela apenas diz como deve ser: trata-se de um guia e não de uma proposição experimental.

Quanto a este aspecto, secundando as posições de Wittgenstein, pode-se dizer que a questão da regra coloca o tema da objetividade. Como se verá adiante, seguir uma regra e crer que se segue uma regra (IF § 202) não é a mesma coisa. Isto significa que privadamente podemos crer que algo é assim ou assim, mas objetivamente esse algo pode ser diferente. Aparência e realidade mantêm entre si relações mais complexas que nossa intuição pode imaginar. Embora esta questão da objetividade não seja aqui um tema, ela é crucial para a solução de muitos dos problemas abordados.

Quando alguém, por exemplo, aprendeu as regras da leitura, ele aprendeu a deixar-se conduzir pela influência das letras (IF § 170) e ao seguir estas regras ele exerce uma atividade (IF § 156) em que infere a reprodução a partir de um modelo (IF § 162). Saber ler o alfabeto significa ter aprendido as regras de leitura do alfabeto (IF § 162). Contudo, não se pode dizer que a regra é a causa daquele comportamento, e sim apenas uma razão, como logo mais veremos em detalhe.

Um aspecto importante e pouco claro neste contexto é o que levanta as relações entre a compreensão e o hábito de seguir uma regra. Seguir uma regra implica compreensão? Se implica, que tipo de compreensão é esta? Seguir uma regra é algo mecânico? (IF § 198). Que tipo de adestramento é o ensino de uma regra? Um certo dia, durante o almoço, Rodrigo, meu filho de seis anos, recusava-se a almoçar e eu insistia em que almoçasse. No prato havia, de um lado, carne e, do outro, arroz e purê. Minha saída foi ordenar-lhe: "coma pelo menos a metade". Esta era a regra que ele deveria seguir para cumprir a ordem. Seu comportamento foi dividir o prato em duas metades, a carne de um lado e o resto de outro, e dizer: "vou comer esta metade, tá bom?" E eu respondi: "Meu filho, deve ser metade de cada coisa". E ele retrucou: "Você disse que eu tinha que comer só a metade". Posso dizer que ele não compreendera a regra ou devo admitir que ele tivera outra compreensão da regra? Afinal de contas, ao enunciar a regra, eu projetara também alguma expectativa em torno do que deveria acontecer, ou apenas dera uma orientação para um comportamento? Neste caso, a regra estaria necessitando de outra regra de explicitação? Mas onde fica o limite? São possíveis meta-regras?

Por um lado, dar uma regra é estabelecer uma orientação que pode ser seguida e toda vez que se enuncia uma regra que não pode ser seguida não se deu uma regra. Ela deve falar por si só e não necessita de complementação, ou seja, não exis-

tem meta-regras; regras para se seguir regras não fazem o menor sentido. Pois, se como lembra Wittgenstein, a palavra "regra" e a palavra "conformidade" (Übereinstimmung) são aparentadas, ou seja, são "primas" (IF § 224), isto deve significar que a regra projeta algo que deve ocorrer em decorrência de sua aplicação e não de uma explicação qualquer. Ocorre, porém, que a conformidade não é uma propriedade de entidades abstratas, ou seja, a conformidade não é alguma coisa que diz de uma igualdade entre o que eu espero que ocorra e o que ocorre, mas sim entre as muitas possíveis ocorrências da aplicação daquela regra. É neste sentido que se deve interpretar que o emprego da palavra "regra" se acha entremeadado com o da palavra "igual" (gleich) (IF § 225). A relação entre "regra" e "igualdade" é uma relação entre as coisas que ocorrem no reiterado uso de uma regra (IF § 223). Imaginemos, por exemplo, que eu ordene a alguém: "Traga-me um copo d'água". Espero que ele, com esta orientação, me traga um copo com um determinado líquido todas as vezes que eu der a mesma ordem, mas não me cabe esperar que traga sempre no mesmo copo, nem sempre num copo de uma determinada cor, nem que seja uma vez água fervendo e outra gelada.

O grande problema, nunca esclarecido por Wittgenstein, é o da naturalidade das consequências de seguir uma regra (IF § 238). O que significa dizer que do comportamento de seguir uma regra segue-se naturalmente a mesma coisa? Esta mesma questão é posta por Wittgenstein da seguinte forma: "Como pode ele saber que cor deve escolher quando ouve 'vermelho'? Muito simples: ele deve tomar a cor cuja imagem lhe vem à mente quando ouve a palavra. Mas como pode ele saber qual é a cor cuja imagem lhe vem à mente? É necessário ainda um outro critério?" (IF § 239). Esta resposta em tom de indagação parece supor que a regra não é uma fonte para o aprendizado, mas simplesmente uma determinada maneira de demonstrar que houve um aprendizado. A concordância não se dá no fato de dois indivíduos esperarem o mesmo efeito de uma regra, mas no fato de ambos terem conhecimentos comuns independentes da regra para aplicarem a regra. Assim, uma regra que não é entendida não serve para nada, não é regra, mas para ser entendida ela supõe algo anterior a si própria. Ela apenas regula algo pré-existente, ela não é um Deus Criador. Se uma criança de três anos aprende a contar até 20, ela aprendeu a regra da contagem de 1 a 20. Cada vez que eu disser "conte até 20", ela fará a mesma coisa. Isto não deve espantar ninguém. Espantoso seria se ela cada vez contasse de outra maneira e eu dissesse que ela seguia uma regra. Se ela de fato estivesse seguindo uma regra, esta regra, neste caso, não seria muito evidente, pelo menos a partir dos seus inusitados resultados. Seguir uma regra é uma espécie de concordância numa forma de vida e não uma concordância de opiniões (IF § 241).

Numa passagem um tanto complexa, Wittgenstein lembra que "uma coisa é descrever o método de medir, outra é encontrar os resultados da medição e exprimi-los. Mas o que chamamos de 'medir' é também determinado por uma certa constância dos resultados da medição" (IF § 242). Isto pode ser lido da seguinte maneira em nosso contexto: se por um lado uma regra dá sempre os mesmos resultados, por outro, o fato de obtermos os mesmos resultados ao seguirmos uma certa conduta nos faz dizer que estamos seguindo uma regra: o resultado constante nos reconduz à regra.

Mas isto não passa de uma observação gramatical a respeito da palavra "medir" para cujo uso determinamos uma série de atividades que dão como resultado uma medida. Esta série de atividades são as regras de medir. No entanto, mesmo para a palavra "medir", teremos comportamentos muito diversos ante ordens como: "Meça a distância entre a Terra e a Luz" e "meça a largura desta mesa". Compreender estas duas ordens é seguir as regras de sua execução, mas será que, pelo fato de termos comportamentos tão diversos na execução de ambas, temos dois usos diversos de "medir"? Quem é que nos informa quando deve entrar um ou outro dos usos que a palavra deve ter?

Uma das formas de responder às indagações acima é dizer que "ter regras" não equivale a "ter regras explicitamente formuladas". Muito menos na forma canônica, pois em Wittgenstein a palavra "regra" nunca é tomada na sua forma canônica. Por isso mesmo, ao ser dada, a regra não pode subentender algum tipo especial de compreensão como se a compreensão fosse o seu "espírito". Ela funciona como uma orientação, um indicador de caminho. Quando encontramos uma seta indicando a direção de uma cidade que procuramos, não nos ocorre esperar que a orientação implica "ir de ônibus" ou "ir de bicicleta" ou qualquer coisa semelhante. Isto não impede Wittgenstein de indagar: "Mas como é que uma regra pode me ensinar o que eu tenho a fazer neste ponto? Qual a relação de um guia de caminhos com meu comportamento?" (IF § 198). Meu comportamento é um simples adestramento ou uma ação baseada na compreensão? Enfim, que comportamento é o comportamento de seguir uma regra?

Neste caso não indago a respeito do que seja uma regra, mas sim da relação que existe entre uma regra e meu comportamento. Wittgenstein lembra que não há escolha ao se seguir uma regra. Todos os passos foram dados. (IF § 219). Mas isto apenas significa que uma vez feita uma determinada interpretação de uma regra, ou tida uma determinada compreensão da mesma, não há mais escolha. Seria o mesmo que dizer: "sigo a regra cegamente", mas tal observação não tem utilidade. Trata-se, diz Wittgenstein, de "uma descrição mitológica do uso de uma regra" (IF § 221). Por outro lado, dizendo, "a linha sugere-me como devo seguir", falamos de uma forma metafórica sobre a natureza da regra (IF § 222). No primeiro caso eu sentiria algo assim como uma "pressão" por parte da regra, que teria a estranha propriedade de ser "a última instância indicativa de como devo seguir" (IF § 230-231). No segundo, como "sugestão", ela teria a estranha propriedade de se equivaler a uma inspiração e com isto me remeteria à espera de alguma instrução. Neste caso perderíamos a garantia, pois "seguir uma regra" e "seguir uma inspiração" têm outra gramática (IF §§ 232-233). Uma coisa é calcular de acordo com as regras de aritmética, onde seguimos uma ordem comum a todos, mas outra coisa é cada qual calcular a seu modo, seguindo uma inspiração ou uma "voz interior". Estas não seriam as regras do cálculo e sim as regras de uma outra atividade (IF §§ 233-234). Quem sabe se não estaríamos sob a ação de algum alucinógeno! ou sob o poder de uma Divindade!

Será que seguir uma regra é ter consciência de seguir uma regra? Tudo indica que não. Numa passagem das IF diz Wittgenstein: "Os prodígios em cálculo, aqueles que chegam ao resultado correto, mas não podem dizer como. Devemos dizer que

eles não calculam?" (IF § 236). Calcular é seguir as regras do cálculo, mas não seguir as regras do cálculo tendo-as sempre presentes. A influência que a regra exerce sobre quem a segue é algo assim como uma garantia de que as consequências são as esperadas. De um certo modo, poderíamos dizer que uma das consequências mais notáveis disto tudo é que esta noção de regra implica, para a vontade do indivíduo, que sua liberdade seja uma instância anterior à escolha. Parece que a liberdade não faz parte dos comportamentos do indivíduo enquanto sujeito que obedece. Talvez seja precipitado neste momento, mas quero avançar a tese de que a posição wittgensteineana de "seguir uma regra" é rica em consequências na ética, consequências tanto desastrosas como maravilhosas, tudo dependendo de como se proceda na argumentação.

O comportamento de seguir uma regra não é um comportamento de um só indivíduo, nem único. É um comportamento renovável por muitas pessoas, ou seja, trata-se de uma práxis e não de uma idiosincrasia. Na primeira vez que Wittgenstein usa a expressão "seguir uma regra" nas Investigações Filosóficas, ele o faz no §199, indagando: "O que chamamos 'seguir uma regra' é algo que apenas uma pessoa pudesse fazer uma vez na vida? - E isto é, naturalmente, uma observação sobre a gramática da expressão 'seguir uma regra'. Não pode ser que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra. Não é possível que apenas uma única vez tenha sido feita uma comunicação, dada ou compreendida uma ordem, etc. - Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (costumes, instituições)" (IF § 199). Seguir uma regra não é dar-lhe uma interpretação (IF § 201), mas sim uma práxis (IF § 202), de modo que "acreditar seguir uma regra não é seguir a regra" (IF § 202). Seguir uma regra é algo análogo a "seguir uma ordem" para cuja execução somos treinados a reagir de um certo modo. Isto, porém, não implica que todos tenham que reagir do mesmo modo, uma vez que são possíveis diversas formas de cumprir uma regra (IF § 206). A regra não determina um modo de agir, pois são muitos os modos de agir que podem ser conformes à regra (IF § 201). Quando se dá a mesma regra a duas pessoas, não se está obrigando duas pessoas a uma identidade de ações, mas a que cheguem a um resultado equivalente. Seguir uma regra não é esperar que todos estejam de acordo com um determinado comportamento, mas sim apresentar um determinado comportamento que tenha sua origem naquela instrução. Com "determinado comportamento" não se espera que ocorra algo sempre idêntico. Afinal de contas, há muitas maneiras de executar a mesma ordem. E uma ordem é apenas de uma regra para se agir e não a imposição de uma determinada ação.

Quando Wittgenstein afirma que "o modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência, por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida" (IF § 206), lembra que as regras podem ser tidas como formas de organização social. E o acordo que existe entre as pessoas quando vemos que executam as mesmas ações diante dos mesmos estímulos lingüísticos, é um acordo quanto a uma forma da vida (Lebensform) (IF §"1). Não se trata de um acordo quanto aos pontos de vista, pois seguir uma regra não é o mesmo que concordar com algum princípio. Portanto, "representar uma linguagem é imaginar uma forma de vida" (IF § 19), de modo que falar uma linguagem é

fazer referência a uma forma de vida (IF § 23). Não devemos aqui confundir este aspecto com a questão posta por Sapir e Whorf ou mesmo Humboldt, que desembocaram no relativismo linguístico. Pois em Wittgenstein, linguagem como “forma de vida” não significa que cada linguagem seja uma forma de ver a vida, ou forma de dizer a vida. Trata-se da tese mais ampla em que a linguagem como forma de vida é vista como forma de organização da vida social, ou seja, forma de comportamento social. A distinção que vai entre as várias línguas não é interessante a Wittgenstein, pois a linguagem como tal é uma forma de vida e as diversas línguas são as diversas maneiras de realização dessa forma de vida.

Retornando a questão colocada a respeito do tipo de obrigação que uma regra cria e supondo que seguir uma regra não seja a submissão a um determinado modo de agir, lembro aqui a distinção proposta por Wittgenstein (IF § 220) entre: (a) condicionalidade causal e (b) condicionalidade lógica.

Esta distinção é feita a propósito da observação “sigo a regra cegamente” (IF § 219). Pois se dizer que “quando sigo a regra não escolho” é uma observação simbólica, qual seria sua finalidade? (IF § 220). Sua finalidade seria justamente distinguir entre “condicionalidade causal” e “condicionalidade lógica”. Esta passagem é um tanto obscura em Wittgenstein e não recebe nenhuma observação adicional.

Em primeiro lugar, existem regras lógicas que nos obrigam a fazer sempre o mesmo. Assim são as regras que montam uma série de acordo com fórmulas matemáticas. Mas uma coisa é importante: essas regras não nos obrigam a seguir indefinidamente, nem nos dizem quando devemos parar. Elas não passam de um indicador de direção (IF § 85), embora a direção seja algo que não nos surpreenderá nunca, pois seu caminho está traçado. A compreensão de uma regra lógica vai além do número de vezes de seu uso (IF § 209).

Em segundo lugar, “seguir uma regra” não é uma condicionalidade causal. A regra não é uma causa de um determinado comportamento (IF § 217), mas simplesmente a orientação desse comportamento: sua razão. Ela cria hábitos e não institui causas. É claro que se alguém segue uma regra, ele nos leva a esperar alguma coisa. Mas o que é isto que nós esperamos? O resultado de nossa compreensão da regra? Esta é uma certeza oriunda da experiência ou alguma segurança dada pela regra? Que relação há entre experiência e regra? A minha experiência cria alguma projeção de resultados ou posso esperar legitimamente algo diverso? Wittgenstein levanta este aspecto quando analisa o processo de leitura e se indaga se as letras são a causa de um determinado comportamento, por exemplo, a pronúncia da palavra? (IF §§ 169-170). Neste caso prefere falar em influência afirmando o seguinte: “Quando falo da influência da vivência da causação (Verursachung), de ser conduzido (Geführtwerden), isto deve significar que eu sinto, por assim dizer, o movimento da alavanca que une a visão das letras com a fala” (IF § 170). Mas esta vivência do fato de ser guiado (IF § 172) não passa de uma confluência de situações semelhantes.

A fim de aprofundar um pouco mais a questão da causa e da razão no fato de seguir uma regra, vejamos o que diz Wittgenstein em outro livro, o Blaues Buch,

pp. 32-34: "Suponhamos que eu tivesse apontado para um pedaço de papel e tivesse dito a alguém: 'Chamo esta cor 'vermelho''. Depois disso eu lhe daria uma ordem: 'agora pinte uma mancha vermelha!' E então lhe pergunto: 'Por que você, ao executar minha ordem, pintou precisamente essa cor? Sua resposta poderia ser: 'esta cor (e ao mesmo tempo aponta para o modelo que eu lhe dera) foi chamada 'vermelho'; e a mancha que eu pinteí tem, como você vê, a cor do modelo'. Ele me deu, pois, uma razão porque ele executou a ordem desse modo. Quando se dá uma razão para algo que se fez ou se disse, isso significa que se mostra um caminho, que conduz a esta ação. Em alguns casos isso significa que se apresenta o caminho que se percorreu; em outros casos significa que se descreve um caminho que conduz até ali e que concorda com determinadas regras aceitas." Wittgenstein observa que haveria ainda várias outras possibilidades de me responder indicando o porquê daquela ação. Mas isto tudo seria uma justificativa post hoc (BIB, 33). Um equívoco, no entanto deve ser aqui evitado: não se pode dar uma série infinita de razões para a execução de uma ordem. Isto seria o mesmo que dizer a alguém: "Esteja você onde estiver, você deve ter chegado lá a partir de algum lugar, e você deve ter chegado a este lugar partindo de um outro, e assim por diante ad infinitum" (BIB, 33). Uma série infinita de razões é algo impossível e como tal é fruto de uma falácia.

Por outro lado, porém, se a série de razões de fato deve ter um início, não é de admirar que em alguns casos não saibamos dar nenhuma razão para a maneira como executamos uma determinada ordem (BIB, 34). Neste momento somos desviados pelo equívoco de confundir entre razão e causa, sendo que a isto somos conduzidos pelo duplo uso da palavra porque. É comum darmos, ao final de uma cadeia de ações, uma causa, ao invés de darmos uma razão, ao sermos indagados pelo porquê daquilo (BIB, 34). Digamos que eu indagasse a alguém: "por que você pintou precisamente esta cor quando eu lhe pedi para pintar uma mancha vermelha?" E ele respondesse: "Me foi dado um modelo dessa cor e ao mesmo tempo dito a palavra 'vermelho', de modo que sempre que eu ouço a palavra 'vermelho' me vem à mente essa cor." Neste caso ele não teria dado uma razão e sim uma causa. Isto faria parte de sua experiência pessoal.

Assim, segundo Wittgenstein, o princípio de que uma ação tem tal ou qual causa é uma hipótese. "A hipótese é bem fundamentada quando se teve um certo número de experiências que, acidentalmente, mostram conformemente que a tua ação é consequência de determinadas condições, a que denominamos causas da ação" (BIB, 34). A razão é algo assim como um motivo, ao passo que a causa é uma espécie de suposição empírica, experimental. Com respeito às causas podemos fazer suposições e com respeito às razões sabemos os motivos. A expressão "poder fazer suposição" indica uma possibilidade lógica. Em resumo, pode-se dizer que "quando se apresenta uma razão, isto é como se se tivesse desenvolvido um cálculo por meio do qual se teria chegado a um determinado resultado" (BIB, 35).

Tendo estas distinções presentes, podemos agora indagar o que seja uma regra. Mas ao indagar o que seja uma regra, uma ordem, por exemplo, indagamos pelo sentido da ordem. Não se trata de uma indagação por fatos da experiência, mas por fa-

tos gramaticais. Uma explicação gramatical não estabelece uma hipótese empírica que coloca um nexos experimentalmente confirmável (IF § 169). A regra não se dá como uma influência causal e sim como uma razão do comportamento regular. Assim, seguir uma regra não é fundamentar-se em causas empíricas e sim em razões que justificam um determinado comportamento. Que eu aponte para uma seta para justificar a direção que tomei, é uma forma de indicar uma razão de meu comportamento, indicando a regra.

De fato, não temos condições de discutir se uma regra é correta ou não. Pois ou ela serve ou não serve e neste caso não é regra. Indagar se as regras da linguagem são corretas não faz sentido, pois a linguagem só é isso que é porque tem as regras que tem (p.184). Regras não podem colidir, caso contrário elas nos deixariam sem orientação. Wittgenstein indaga (p. 184): por que é que chamo as regras de culinária de não arbitrarias e por que sou tentado chamar de arbitrarias as regras da gramática? Isto porque o conceito de "cozinhar" é definido pela finalidade da culinária, ao passo que o conceito de "linguagem" não é definido pela finalidade da linguagem. Assim, deixar de cozinhar de acordo com as regras da arte culinária é cozinhar mal, mas quem não segue as regras da gramática não fala falso e sim de algo diferente.

Por fim, que relação existiria entre "seguir uma regra" e "seguir uma inspiração" (IF § 232)? Para Wittgenstein a gramática de "regra" e "inspiração" não é a mesma coisa. No caso da inspiração eu espero, aguardo a instrução a seguir; a regra por sua vez é a própria instrução a ser seguida. A regra não me inspira, ela me guia, indica o caminho a seguir. No caso da inspiração será difícil eu ensinar a outro como seguir a minha inspiração, mas no caso da regra posso transferir meu conhecimento. Ensinar uma inspiração seria algo assim como "ensinar uma espécie de escuta, de receptividade" (IF § 232), mas isto seria de pouca serventia, pois nunca poderia esperar que fosse agir como eu agiria. Contudo, mesmo havendo esta diferença, ela é uma questão puramente gramatical, diz Wittgenstein, pois não me cabe, no caso de "seguir uma regra", esperar que se dê sempre um e mesmo comportamento. O deve, no caso da expressão "deve resultar o mesmo" ao se seguir uma regra, não passa da maneira histórica de se expressar da linguagem universitária e por isso mesmo destituída de interesse (Z § 399). Contudo, seguir uma regra não é um processo de adivinhação (Z § 306), nem de inspiração divina.

Bibliografia - obras de Ludwig Wittgenstein

- IF - Investigações Filosóficas: Philosophische Untersuchungen. Schriften, Vol. I. Frankfurt/Main, Suhrkamp, 1969.
- BIB - Das Blaue Buch. Schriften Vol. 5. Frankfurt/Main, Suhrkamp, 1970.
- BrB - Das Braune Buch. Eine Philosophische Betrachtung. Schriften Vol.5. Frankfurt/

Main, Suhrkamp.

Z - Zettel. Schriften, Vol. 5. Frankfurt/Main, Suhrkamp, 1970.